

Boletim da GEDEC - Ano VI nº 030 08/08/2011 - Fone: 3340 3081

Cotação de Preços (08/08/11)	R\$	Recortes
Feijão Carioca ¹ - R\$ 95,00 a R\$ 115,00/ sc de 60 kg	↑	Produtores de carnes buscam saídas para reduzir custos . Com a alta no preço do milho no mercado brasileiro, os produtores de carnes de todas as regiões já usam outros produtos como arroz, trigo e sorgo em baixa escala e fazem cálculos para substituir o cereal por esses grãos. Em Goiás essa prática já é bastante difundida, até porque o estado é o maior produtor de sorgo do País Fonte: DCI - Diário do Comércio & Indústria
Milho ² - R\$ 25,50 / sc de 60 kg	↑	
Soja ² - R\$ 42,50 / sc de 60 kg	↓	
HORTALICAS³ (Preço líquido pago ao produtor)		Milho: Maior salto em 12 meses . Com valorização acima de 150% no período de um ano, o milho foi a grande vedete da safra 10/11, em termos de preços. Foi a commodity que mais se valorizou, seguida da soja (36%). Os produtores vendiam a commodity, em julho de 2010, por preços que variavam entre R\$ 6 e R\$ 7 (saca de 60 Kg). Este mês, o valor atingiu médias de R\$ 17 e R\$ 18. Na comparação entre os dois melhores preços, crescimento de 157,14% Fonte: Diário de Cuiabá
Alface - R\$ 5,00 / cx de 7 kg	→	
Beterraba - R\$ 25,00/ cx 20 kg	↑	
Cenoura - R\$ 20,00 / cx 20 kg	↑	
Chuchu - R\$ 25,00 / cx 20 kg	↑	
Couve Manteiga - R\$ 0,50 / (maço 500 g)	→	
Couve Flor - R\$ 20,00 / Dz	↓	
Mandioca - R\$ 15,00 / cx 20 kg	→	
Morango - R\$ 4,00 / caixa (04 cumbucas de 350 g)	→	
Pimentão - Campo R\$ 9,00; Estufa R\$ 11,00 / cx 12 kg	→	
Quiabo - R\$ 32,00 / cx 12 a 14 kg	→	
Repolho - R\$ 11,00 / sc 20 kg	→	
Tomate - R\$ 45,00 / cx 20 kg	↑	
FRUTICULTURA³ (Preço líquido pago ao produtor)		Extratos à base de feijão-de-porco são eficientes herbicidas O feijão-de-porco (<i>Canavalia ensiformes</i>) é uma planta legumionosa comestível cujas folhas podem ser usadas como verdura e seus grãos como feijão comum. A espécie, muito comum em regiões tropicais, acaba de ser testada em laboratório, no Instituto de Química de São Carlos (IQSC), da Universidade de São Paulo (USP), como bio-herbicida. Nos experimentos, os extratos de folhas e sementes da planta se mostraram eficazes contra a trapoeraba (<i>Commelina benghalensis</i>), a corda-de-viola (<i>Ipomoea grandifolia</i>) já adultas Fonte: Agrosoft
Goiaba - R\$ 40,00/ cx 20 kg	→	
Maracujá - R\$ 1,20 / kg	→	
Tangerina Ponkan - R\$ xxx/ cx 20 kg	xx	
Limão - R\$ 23,00 / cx 20 kg	↑	
PECUÁRIA		Arroz, feijão e café são os itens mais consumidos pelos brasileiros . Arroz, feijão e café são itens garantidos na mesa dos brasileiros. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (28), no Rio de Janeiro, mostra que esses são os produtos mais consumidos diariamente pela população. De acordo com o levantamento, os entrevistados consomem, em média, por dia, mais de 182 gramas (g) de feijão, 160g de arroz e 215 mililitros (ml) de café (solução). "O brasileiro toma de seis a sete copinhos de café por dia", segundo André Martins, pesquisador do instituto Fonte: Agência Brasil
Bovino		
Arroba ⁴ - R\$ 92,00 Não Rastreado e R\$ xxxx Rastreado	↑	
Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelados) ⁵	↓	
- R\$ 680,00 a R\$ 730,00		
Leite		
Litro ⁶ - Pro-Leite:R\$ 0,80 ; Fora do Pro-leite:R\$ xxx	↑	
Extra Cota: R\$ xxx		
Suínio ⁷ - Vivo		
Kg - R\$ 3,00	↑	
Aves ⁷ - Frango Vivo		
Kg - R\$ 1,90	↑	
-- Galinha Caípira ⁸		
Unidade (± 1,7 Kg) - R\$ 30,00	→	
Carneiro ⁹		
Kg - R\$ 3,50 (Borrego) - carcaça R\$ 7,50; Kg R\$ 2,50		
ovelha e carneiro para descarte - carcaça R\$ 6,80	→	
Peixe ¹⁰ (Tilápia) (Preço líquido pago ao produtor)		
Kg - R\$ xxx	xx	
Avestruz ¹¹ - vivo		
Kg - R\$ xxx	xx	

FONTES : 1 CORREPAR; 2 COOPA-DF; 3 CEASA-DF; 4 AFE / FNP; 5 SR EZIO - Padre Bernardo; 6 COPAS; 7 ASA ALIMENTOS; 8 CHAC . FELICIDADE; 9 LM; 10 SAN FISH; 11 COCAPLAC (p/Associado). **Varição em relação à semana anterior** ↑ (alta) → (estável) ↓ (baixa)

(*) Não incluso Frete + Imposto

Governo quer recadastrar todos os imóveis rurais do Brasil

O governo avalia fazer um megarecadastramento de todos os imóveis rurais do país como forma de apertar o controle sobre as terras em mãos de estrangeiros. Em troca, admite afrouxar restrições para a aquisição de áreas por empresas e cidadãos de outros países.

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu ontem um "pente-fino" em 330 milhões de hectares de quase 5,2 milhões de estabelecimentos rurais do país. "Há a necessidade de um recadastramento para saber quem tem a posse da terra e qual atividade está desenvolvendo nessa terra", afirmou o advogado-geral da União substituto, Fernando Albuquerque Faria, aos deputados da subcomissão da Câmara criada para tratar do assunto

Diante da forte pressão empresarial contra o aperto a aquisições, a AGU avalia ser "menos rigorosa" nas barreiras impostas à compra de terras por estrangeiros. Mas insiste em ampliar o controle das informações sobre a propriedade da terra. "Podemos até ser menos rigorosos em limitações e restrições desde que tenhamos mais controle de informações", disse Faria.

O tema está na alçada da AGU desde a revisão, no fim de 2010, da interpretação da lei de controles sobre as aquisições de terras por estrangeiros no Brasil. Desde então, um parecer da AGU, avalizado pelo então presidente Lula, equiparou os conceitos de empresa nacional de capital estrangeiro e companhia controlada por acionistas não-residentes no país ou com sede no exterior.

A AGU determinou aos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento a ampliação dos controles sobre a participação do capital estrangeiro em empresas nacionais detentoras de terras. Antes, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já havia determinado aos cartórios a necessidade de informar todos os registros de posse em mãos internacionais.

Atualmente, nenhum órgão do governo tem controle total sobre o tamanho das áreas em mãos estrangeiras. "Os dados são estimados. O Incra não faz controle desde um parecer anterior da AGU", disse Fernando Faria. O recadastramento teria como principal objetivo levantar dados especialmente sobre o período entre 1994 e 2010, quando passou a valer a nova interpretação mais restritiva da AGU.

O novo parecer da AGU também abriu a possibilidade de questionamentos jurídicos nos casos de aquisições e fusões anteriores à sua interpretação da Lei nº 5.709, de 1971 - criada no regime militar para barrar a compra de propriedades por estrangeiros. O texto limitava as compras a um quarto da área de cada município brasileiro e previa que cidadãos de mesma nacionalidade não podiam ser donos de mais de 40% desse limite.

"É possível anular compras", afirmou o advogado-geral substituto aos deputados. "E se o dono não produzir ou descumprir a função social da terra pode ser desapropriado", disse. O advogado afirmou, ainda, que o governo já pode tomar outras medidas restritivas, como a imposição de um imposto de exportação ou a criação de estoques reguladores compulsórios.

Na audiência, Fernando Albuquerque Faria afirmou aos deputados que é "apenas um dos cenários" a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que contaria com uma ação "golden share" dando poder de veto ao governo, para aquisições de terras em determinadas escalas e setores estratégicos. A AGU defende que alguns segmentos não teriam necessidade de ter a titularidade da terra. Em outros casos, isso seria fundamental para o negócio.

"No caso das florestas plantadas, precisariam ter a propriedade", disse o advogado-geral substituto. "No setor de cana, talvez não seja tão necessário. O arrendamento seria a solução". Daí, a necessidade de "conversar" com os vários segmentos, segundo ele. "Estamos dispostos a ouvir. Estamos atentos às peculiaridades".

A AGU lembrou que a maioria dos países mantém restrições à aquisição de terras nacionais por estrangeiros. "A grande maioria veda. Alguns começaram a estimular, como a Rússia", afirmou.